

Análise das Representações Sociais de Estudantes Indígenas e Quilombolas Sobre as Políticas de Cotas da UFG (2009 – 2013)¹

Marta Quintiliano²

Claudomilson Fernandes Braga³

Universidade de Federal de Goiás, Goiânia, GO

Resumo

Neste artigo apresenta-se uma análise das representações sociais que estudantes cotistas indígenas e quilombolas têm sobre a política de cotas em vigor na Universidade Federal de Goiás(UFG/GO) para pensar uma possibilidade de intersecção com Relações Públicas. Este tema se torna relevante, porque é a primeira vez na história da UFG que pessoas contempladas pela política institucional de cotas serão convidadas a promover reflexões sobre seu ingresso e permanência na Universidade. Em termos de metodologia, foi feita uma pesquisa qualitativa e quantitativa, lançando mão da entrevista semiestruturada. Também foi feita pesquisa documental junto aos organismos implementadores da política de cotas na UFG, bem como pesquisa bibliográfica sobre esta nova realidade nacional. Os resultados apontam que foi perceptível o preconceito que os discentes sofrem dentro da universidade. O Núcleo Central nos apontou com maior frequência a palavra preconceito, no entanto nas recomendações foram sugeridas algumas ações de Relações Públicas comunitárias, que desenvolvidas em parceria poderão transformar as representações destes discentes e dos próximos que adentrarem a UFG.

Palavras-Chave: Representações Sociais; Ações Afirmativas; Política de Cotas; Relações Públicas.

Introdução

As Ações Afirmativas têm como premissa a diminuição da desigualdade entre negros, indígenas e brancos. Entende-se que os negros e os indígenas ao longo da história brasileira não tiveram as mesmas oportunidades de trabalho e estudo que os brancos para obter ascensão social. Este é um tema que gera bastante polêmica para os que são contra as ações afirmativas, os quais argumentam que as ações são discriminatórias e que é uma forma de mostrar que a população negra e indígena não tem capacidade de competir de

¹ Trabalho apresentado no GP 06 Interface da comunicação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal de Goiás. Integrante do Coletivo de estudantes indígenas e quilombolas da (UNEIQ/UFG). Membro do Corpo de Operação e exibição de Mídia Televisiva da Televisão da Universidade Federal de Goiás (RTVe/ TV-UFG).*Email: marta@rtve.org.br*

³ Orientador do trabalho: Pós-doutorado em Psicologia Social, doutorado em psicologia, e Mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (UCG). Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em Comunicação Social – Relações públicas (UFG). *E-mail: milsonprof@gmail.com*

forma igual às vagas da Universidade. Os favoráveis argumentam que as cotas são um avanço para a população negra, pois para estudantes de escolas públicas, as políticas de cotas ajudaram no ingresso destes nas universidades e, conseqüentemente, a mudar o status econômico e possibilidade de ocupar cargos que exigem formação de nível superior.

Em dois mil e treze, com a implantação da Lei nº12. 711/2012, conhecida como “Lei das Cotas”, as Universidades e Institutos passaram a reservar 50% das vagas para alunos da rede pública. Com o exemplo de todas as instituições públicas de ensino superior no Brasil, a UFG passou a cumprir a lei, porém mantendo o programa UFG Incluir para indígenas, quilombolas e estudantes surdos, sendo estes últimos exclusivamente para o curso de Libras (COSTA, FRANCO, SOARES, MARIANO, MELO, MOREIRA, 2014).

De acordo com Fernandes (2014, p. 342), o projeto UFG Incluir foi aprovado em dois mil e oito pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Já em dois mil e nove foi realizado o primeiro vestibular com a proposta de garantir o ingresso de estudantes cotistas. Com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência dos alunos oriundos de escolas públicas, as reservas eram distribuídas entre estudantes da rede pública, negros da escola pública e uma vaga extra por curso para estudantes indígenas e quilombolas.

As Políticas de Ações Afirmativas são implantadas nas Universidades e Institutos Federais brasileiros como uma medida provisória para garantir aos grupos excluídos o acesso ao ensino superior. É perceptível que as minorias a cada dia vêm ocupando um lugar de destaque dentro da sociedade, tais como o direito assegurado por lei de cursar uma faculdade e permanecer nela. Pensando nisso, o presente estudo visa analisar as representações sociais de estudantes cotistas indígenas e quilombolas que, por sua vez, de acordo com a demanda ocupam vaga extra em todos os cursos de graduação na Universidade Federal de Goiás. O recorte aqui sugerido propõe pensar esta política no período de dois mil e nove a dois mil e treze.

Grande parte das pesquisas desenvolvidas até o momento na Universidade Federal de Goiás está marcada pela reflexão sobre desempenho acadêmico e evasões. Na contramão deste movimento, a proposta aqui é garantir um olhar mais humanizado sobre esses grupos. Dessa forma, a busca será pela explicitação do local de fala de estudantes que passam a ocupar os corredores da UFG após a implantação do Programa UFG Incluir. A ideia a ser perseguida é refletir a perspectiva de construção e ressignificações destes coletivos acerca de suas próprias representações.

Referencial Teórico

O Brasil, enquanto abrigo da cordialidade e alegria, marcadamente nas décadas de mil novecentos e mil novecentos e quarenta, é destacado por Guimarães (2009) para a construção do argumento da padronização e invisibilização do que sejam brasileiras e brasileiros. A nação foi, durante muito tempo, considerada o país do futuro, um paraíso racial em que as pessoas conviviam em harmonia. Contudo, especialmente após o movimento de abertura nacional, esta visão passou a ser questionada no sentido de sua desmistificação. Desde então, as diferenças são cada vez mais discutidas e, ainda de acordo com Guimarães (2009), a cor da pele passou a ser fator determinante para identificar socialmente uma pessoa, bem como sua posição e legitimidade social.

A equidade étnico-racial garante o acesso a bens, serviços, empregos e direitos a cidadania. A busca por esta equidade tem sido a grande busca dos chamados novos movimentos sociais, sejam eles negros ou indígenas. Também perseguem esta meta estudiosas e estudiosos que lidam com estas relações. Para Guimarães (2009), a cor da pele tem sido fator determinante de exclusão, e mudar esta realidade é fundamental para a conquista do respeito às diferenças.

Desse modo, a proposta de Políticas de Ações Afirmativas (PAAs) nas universidades teria como objetivo assegurar o acesso dos grupos étnicos, minorias discriminadas ao longo dos anos no Brasil. De acordo ainda com Carvalho e Segato (2002), as políticas são ações temporárias, mesmo sabendo que essas ações não resolverão totalmente o racismo no Brasil. As PAAs auxiliaram na inclusão de alguns grupos étnicos historicamente discriminados, assim como acontece, por exemplo, na Índia e nos Estados Unidos, onde as cotas são uma realidade e nesses países efetivamente houve uma diminuição da desigualdade entre ricos e pobres (SANTOS, 2011). É necessário ressaltar que a proposta da implantação das PAAs foi um projeto dos professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, da Universidade de Brasília (UnB). Como afirmam Carvalho e Segato (2005), as cotas sintetizam uma resposta ao “Caso Ari”, o primeiro estudante negro a cursar o doutorado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Em vinte anos da existência do curso, Arivaldo foi o primeiro estudante a ser reprovado e, depois de dois anos buscando a revisão de sua nota, os professores José Jorge Carvalho e Rita Laura Segato conseguiram levar o caso até o Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão (Cepe) da Universidade de Brasília (UNB), que reconheceu a injustiça ocorrida e obrigou o Departamento de Antropologia a corrigir a nota e aprovar o estudante

na disciplina. É neste contexto que as cotas foram propostas. De acordo com Carvalho e Segato (2005), se para a UnB era tão difícil manter um único negro, seria proposto um sistema de cotas para que ingressassem alguns alunos negros e permanecessem naquela instituição.

A proposta levantada na presente pesquisa é analisar as representações sociais que os estudantes indígenas e quilombolas da Universidade Federal de Goiás, ingressos nos anos de dois mil e nove à dois mil e treze constroem sobre o sistema cotas. O estudo pretende também conhecer e compreender as relações estabelecidas pelos estudantes indígenas e quilombolas cotistas e a UFG.

Para tal, fazendo-se a opção de utilizar a teoria das Representações Sociais, mostra-se necessário discutir este conceito de entendimento de conteúdos singulares construídos no campo social. A representação é construída a partir da afinidade do sujeito com objeto representado. De acordo com Moscovici (1978) apud Silva e Silva (2012) existem dois processos essenciais na elaboração de uma representação: a ancoragem e a objetivação, que são responsáveis pela interpretação e atribuição de significado ao objeto social.

Sendo assim, no processo das Representações Sociais, o sujeito não só reage com sua realidade, mas também a constrói transformando alguns conceitos estabelecidos pela sociedade. O sujeito social, portanto, é portador de um mundo interior, individual, mas que ao mesmo tempo é limitado ao mundo social.

Segundo Braga e Tuzzo (2009 p.136), outro aspecto da compreensão do conceito das RS é o seu papel na construção da opinião pública. Para os autores, a opinião pública não diz a respeito, basicamente, a uma opinião construída pela massa. É a partir dos grupos sociais com capacidade pensarem assuntos relevantes para coletividade, e, sobretudo ao expressar a sua opinião que a opinião pública se forma. É uma opinião com força e capacidade de ser conhecida publicamente.

O profissional de Relações Públicas (RP) é o profissional mais indicado, sobretudo preparado, para manter um bom relacionamento com diversos públicos e melhorar a imagem perante os mesmos. Para traçar estratégias eficazes que alcancem o público e gere visibilidade é necessário desenvolver pesquisas para entender este grupo a que se destina a ação pretendida (FORTES; 2003).

Nos trabalhos de dimensão comunitária é necessário que o profissional se preocupe com a comunicação simétrica de mão dupla, criando canais de diálogos, entre a comunidade e as empresas. O profissional de RP neste campo de atuação deve se comportar como um

agente transformador, cultivando a solidariedade e os valores sociais rumo à construção de uma sociedade equânime.

O planejamento para grupos sociais deve ser compreendido como um processo, técnico, racional, mas também lógico e político, o que o difere dos demais é o desempenho coletivo os esforços que a comunicação circule em prol de grupo maior, sendo que o interesse não é somente o lucro. Para Kunsch (2007) quando dizemos que o planejamento é um processo técnico e racional, queremos deixar claro que ele vai, além disso, implicar decisões e vontade política.

Na mesma perspectiva, Vieira (2002) afirma que em princípio, as Relações Públicas a serviço dos interesses populares não querem sua acomodação, pelo contrário, querem sua integração à realidade para transformá-la. De acordo ainda com autor, o profissional de RP que pretende trabalhar com comunicação comunitária precisa se conscientizar que seu público é outro, sua função política pedagógica é a libertação do ser humano, do indivíduo e contribuir para a construção da visão crítica.

França (2003, p.14), observa que é importante que antes de fazer a seleção de instrumentos gerais de comunicação com os públicos, é indispensável que dediquem maior atenção ao conhecimento dos diversos elementos que compõem os relacionamentos das empresas com eles, para que possam determinar quais são os que devem ser considerados como prioridade, para que possam ser atingidos de maneira adequada, estratégica e eficaz.

Amostras, Métodos e Procedimentos

Este trabalho fez uso da pesquisa qualitativa por entender que a pesquisa qualitativa tem como objetivo responder questões particulares que não podem ser respondidas somente por dados quantificados, pois ela trabalha com “o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes” (GOMES; MINAYO, 2009, p.21). O conceito da pesquisa qualitativa é definido por Quivy e Campenhoudt (1992 apud MENDONÇA 2013, p.50) como a proposição de uma questão e colhe informações para respondê-la; ele trata os dados, analisa-os e tenta demonstrar como eles permitem responder o problema inicial.

O estudo aqui proposto também é de natureza quantitativa. De acordo com Creswell (2003) fazer a junção dos métodos qualitativos e quantitativos teve origem em 1959, quando Campbell e Fiske usaram vários métodos para estudar a legitimidade das descrições psicológicas. Creswell (2003) afirma que ao reconhecer que todos os métodos têm suas

limitações, os pesquisadores compreenderam que as tendências inerentes a um único método poderiam minimizadas por tendências de outros métodos. A mistura de métodos diferentes podem resultar no desenvolvimento de um novo método promovendo inter-relações em distintas condições ou coeso de uma análise.

O estudo proposto procura apresentar o núcleo central e o sistema periférico das Representações Sociais que os estudantes cotistas têm sobre as políticas de cotas na UFG por meio da Associação Livre de Palavras. A técnica das evocações ou Associação Livre de Palavras, “é uma técnica maior para coletar os elementos constituídos do conteúdo de uma representação” (ABRIC 1994 apud SANTOS, ROSSO, FERREIRA, 2012, p.66). A técnica consiste em pedir aos sujeitos que, a partir do tema indutor apresentado pela pesquisadora, digam palavras ou expressões que lhe vinham em sua mente, o que permite evidenciar universos semânticos relacionados a determinado objeto (ANICETO E MACHADO, 2010). Nesta pesquisa, a aplicação do questionário utiliza a técnica de Evocação como método para identificar o Núcleo Central das representações Sociais que os discentes têm sobre as Cotas.

Para Santos, Rosso, Ferreira (2012) apud Flament (1994) o discurso espontâneo não é representação social. Assim sendo, se torna primordial o uso de vários métodos e técnicas de coletas de dados que auxiliam na revelação da estrutura das Representações Sociais. Um dos métodos para essa investigação mais apurada é a substituição baseia-se na ideia que individuo pode manifestar as representações sociais do seu grupo, atribuindo a outros, ou seja, transferindo para outro a responsabilidade. A pressão social é diminuída e o individuo discursa livremente sobre o que lhe é perguntado.

A pesquisa foi realizada entre 05 e 18 de Outubro de 2014. Foi utilizada uma amostra intencional, na qual se seleciona previamente os participantes da pesquisa. Os indivíduos foram intencionalmente escolhidos pela pesquisadora por acreditar que o fenômeno central experimentado pelos participantes de um mesmo grupo é parecido, no caso o grupo UNEIQ aqui pesquisado, do qual todos os membros são contemplados pelas Políticas de Ações afirmativas.

Análise dos Dados

A seguir está o **Quadrante de Quatro Casas**, construído com as palavras/expressões evocadas pelos entrevistados. Os termos indutores foram “Quais são as 05 palavras ou frases que vem na sua mente quando você ouve a palavra “cotas” dentro do cenário em que

esta inserida/o na UFG?” e “ O que você acha que a comunidade acadêmica (alunos, professores, funcionários) pensa sobre as “cotas”? O Núcleo Central tende à estabilidade, podemos observar isso na divisão do quadrante: o primeiro quadrante é nomeado **Núcleo Central** e contém as Representações Sociais, uma vez que teve a maior frequência de evocações da pesquisa. O segundo quadrante é nomeado como **Sistema Periférico**. Há a posição intermediária, indicando quais são elementos que não estão no **Núcleo Central**, no entanto a posição intermediária está bem próxima do **Núcleo Central**, compondo a periferia próxima. Os quadrantes inferiores 3 e 4 são compostos pela periferia distante. Eles têm como função a acessibilidade, veemência e concretude, além de proteger os elementos do NC.

| | |
|---|--|
| <p>Núcleo Central (1) Preconceito (12) Oportunidade (06) Ensino ruim (06) Direito (06) Discriminação (05)</p> | <p>Sistema periférico (2) Curiosidade (04) Injustiça (04)</p> |
| <p>Sistema periférico (4) Descoberta Realização Senso Continuidade</p> | <p>Sistema periférico (3) Desigualdade (02) Diversidade de crenças (01)</p> |

Fonte: Dados Interpretados da Coleta

O **Quadrante de Quatro Casas** contém as distribuições das respostas das/os entrevistados indígenas e quilombolas para a questão anterior. No segundo quadrante estão elencados os termos que provavelmente representam os elementos periféricos que estão mais próximos do Núcleo Central que são definidos pelas seguintes palavras: *curiosidade* e *injustiça*.

A palavra *curiosidade* encontra-se na periferia das representações, que podem estar associadas à condição do grupo UNEIQ. Composto por indígenas e quilombolas, alguns membros deste grupo ainda permanecem nas suas comunidades, gerando assim *curiosidade* a respeito da cultura e costumes destes povos. Em seguida está a palavra *injustiça*, pois muitos acreditam que os indígenas e quilombolas já contam com vários benefícios do governo, como terras gratuitas, alimentação gratuita e bolsas recebidas sem nenhuma

burocracia. Sendo assim, seria injusto concorrer em modalidade diferente do vestibular tradicional e ainda ter terra para morar e bolsas para permanecer na faculdade. Tudo isso somaria vantagens perante aos demais acadêmicos. Cabe reforçar que isso não é só um pensamento dos discentes: é também de alguns docentes e funcionários que circulam dentro da UFG de acordo com os entrevistados. Este é um pensamento comum na sociedade brasileira, por não reconhecer que a meritocracia não é um sistema democrático.

Ainda nos elementos periféricos, no quarto quadrante, com frequência mais baixa, estão as palavras *desigualdade* e *diversidade de crenças*. Pode-se analisar *desigualdade* com base nos dados da ONU de 2010, nos quais foi divulgado o *Relatório de Desenvolvimento Humano* que apontou o Brasil como um país com um dos piores índices de desigualdade do mundo e isso se reflete no meio acadêmico, mesmo que a frequência da palavra tenha sido baixa. De acordo Carvalho e Segato (2009) como é apontado pelo PNUD, a defasagem na educação conta como um dos fatores que contribuem para a desigualdade. Os autores ressaltam que a história da educação brasileira nas primeiras décadas da república estava voltada para a formação da elite branca. Isso ainda permanece nos dias atuais, portanto foi necessário propor medidas para tentar transformar essa realidade por meio das cotas como uma alternativa para tentar transformar essa realidade.

A expressão *diversidade de crenças* possivelmente foi citada porque a maioria dos indígenas permanece nas suas comunidades e suas crenças e cultura nem sempre são as mesmas dos demais discentes. O mesmo ocorre com quilombolas que têm a suas crenças e religiosidade. Há, portanto, um choque cultural quando estes novos corpos são vistos na universidade. Roupas, acessórios, corte de cabelo causam estranhamento na comunidade acadêmica, o que leva ao isolamento de determinados membros das comunidades indígenas e quilombolas.

No quarto quadrante estão as palavras que mais se distanciam do NC, que são: *descoberta*, *realização*, *senso* e *continuidade*. Isso implica que essas palavras protegem os elementos do núcleo, pois camuflam o que os acadêmicos realmente pensam. São palavras e expressões generalizantes, que não entram nos detalhes sobre como acontecem essa *descoberta* e essa *realização*.

A comunidade universitária ainda é o reflexo do Brasil após a abolição, ou seja, os negros foram excluídos, mas com a proposta de Políticas de Ações Afirmativas era possível mudar essa realidade excludente, negros e índios poderiam ocupar os espaços acadêmicos. O trabalho ainda é árduo dentro do universo acadêmico e é possível afirmar isso quando os

entrevistadas/os afirmam que são discriminados dentro da sala de aula por colegas e pelos professores que afirmam que o lugar delas/es não é ali, diretamente ou de forma sutil. Resquícios do Brasil Colônia que não aceita que estes grupos tenham ascensão social

Os grupos constroem as RS baseadas em valores, ideologias ou até mesmo em experiências concretas, assim sendo, no grupo UNEIQ as palavras e expressões que surgiram foram *preconceito, ensino ruim, oportunidade e discriminação*. A experiência com a comunidade acadêmica muitas vezes é negativa e infelizmente os membros do grupo compartilham situações comuns, marcadas principalmente pelo preconceito e discriminação. Isso acontece porque o grupo está isolado, o que contribui para seu enfraquecimento. De acordo com Braga e Tuzzo (2009) uma das funções da RS é construir a opinião pública, ou seja, quando um grupo se reúne é inevitável não falar da opinião das pessoas sobre o grupo. Cabe então ao grupo construir uma opinião positiva sobre si. As representações do grupo foram construídas a partir do cotidiano dos discentes e nas conversas informais, por isso pode-se afirmar que é consensual que as informações estavam acessíveis a todos, mesmo que sejam relatadas fragmentadamente.

No quadro de evocações, no primeiro quadrante estão as palavras/expressões: *preconceito, ensino ruim, oportunidade, discriminação*. Estes elementos são os pertencentes ao núcleo central das representações sociais que os discentes do grupo UNEIQ têm sobre as cotas. Para Abric (1998 apud Braga e Campos, 2012) o NC da representação abarca os elementos consensuais que definem, representam e organizam os demais elementos. Estes normalmente são mais abstratos e compreendem as cognições que geram as identidades das representações.

O NC pode ser funcional ou normativo. Os normativos são originados do sistema de valores dos indivíduos, constituindo uma dimensão presente essencialmente no núcleo. Pode-se afirmar que as RS que foram detectadas no núcleo central são funcionais, pois permitiram compreender a conduta que os entrevistados tiveram em relação às cotas. Sendo assim, foi possível identificar a ancoragem com a classificação e a nomeação. Por meio da objetivação, as coisas que não possuem nomes, que são estranhas e ameaçadoras tornaram-se mais palpáveis e mais familiares.

A maior evocação no NC é *preconceito*. As cotas, desde sua criação, são permeadas por preconceitos. Usam-se alguns jargões tais como *é injusto, incapazes de concorrer com os demais*, dentre outros clichês preconceituosos. Para mascarar o preconceito existente quando se trata de cotas para grupos minoritários e quando o grupo é indígena e

quilombola, as discussões são mais acirradas. Pode-se perceber que a comunidade acadêmica aceita em partes a presença destes grupos. Se recorrermos ao autor Allport (1954; 1977; 1979), citado pelos autores Campos e Braga (2012), que definiu preconceito como uma atitude hostil ou prevenida contra uma pessoa que pertence a um grupo. Isso reafirma que o espaço acadêmico está fortemente reproduzindo este tipo de comportamento, uma vez que a frequência do NC da palavra preconceito foi altíssima. De acordo ainda com os autores citados anteriormente, esse tipo de comportamento é capaz de difamar a imagem social e intelectual e pessoal da vítima. Alguns dos entrevistados do grupo UNEIQ em seus relatos deixam bem claro que isso acontece dentro da sala de aula com comentários que de fato menosprezam a imagem do discente quando ele ouve do professor que “*aquele curso não é destinado a ele*”, pois é um curso que exige compra de equipamentos para aulas práticas como, por exemplo, os cursos de medicina, odontologia.

No entanto, ao mesmo tempo em que a palavra mais evocada foi preconceito, foi seguida da palavra *oportunidade*. Isso nos leva a pensar que apesar de toda adversidade encontrada no ambiente acadêmico, os discentes percebem a Universidade com relação às cotas como uma oportunidade que não podem desprezar.

A expressão *ensino ruim* foi identificada como sendo do NC. Existe um senso comum que os discentes cotistas não sabem escrever, interpretar, têm problemas com a língua formal, porque tiveram um ensino público precarizado e estigmatizado pela comunidade acadêmica. Todas essas referências afetam diretamente o acadêmico, seu desenvolvimento dentro da sala de aula, já que é julgado pela sua condição de cotista.

Pode-se citar aqui o relato de uma aluna indígena, que devido à sua dificuldade com língua portuguesa, já que não é sua primeira língua, foi hostilizada por uma docente dizendo que o ensino teve uma queda na qualidade depois das cotas. De acordo Heringer (2013), as políticas de permanência e de assistência estudantil são um direito de todos discentes, entretanto devem ser mais pontuais quando se trata de discentes provenientes das ações afirmativas, ou seja, a universidade tem a responsabilidade na permanência destes discentes e essas ações devem ser levadas ao conhecimento da comunidade ingressantes.

Desde primeiro semestre de 2014, algumas ações já estão sendo desenvolvidas por parte Prograd, a partir da demanda do grupo UNEIQ, tais como aulas de matemática e português. Essas iniciativas fizeram com que discentes não evadissem neste semestre. É um salto positivo, pois quando a Universidade compreender que a responsabilidade é mais que oferecer vagas, é dar de fato apoio a estes grupos, a situação dos cotistas será bem mais

favorável do que é na atualidade. A palavra *direito* foi bastante evocada, pois os grupos entendem como um direito comum a todos a educação pública, portanto a UFG tem o dever de prover a educação pública de qualidade em respeito ao direito de todos.

Podemos, então, afirmar que as representações sociais dos discentes indígenas e quilombolas é a expressão preconceito. De acordo com Jodelet(2001), as representações são uma forma de conhecimento construída e partilhada socialmente, com o objetivo de contribuir na construção de uma realidade comum a um conjunto social. Nesta construção, o sujeito não só reage, mas a constrói, transformando alguns conceitos formados pela sociedade. É possível que os discentes a partir do grupo UNEIQ consigam transformar estes conceitos, principalmente o de preconceito. Fortes (2003) nos aponta uma possibilidade de mudança através da opinião pública e essa opinião é formada dentro dos grupos a partir das discussões, reflexões a cerca de determinado assunto. Como Guareschi (1991) citado por Braga e Tuzzo (2009) deixa bem evidente: a comunicação tem poder de construir e mudar realidades dos fatos, sendo assim é bem valido que o coletivo UNEIQ use os meios de comunicação para visibilizar suas reivindicações e possíveis discriminações e preconceitos. A ideia não é construir inverdades e sim visibilizar presença de indígenas e quilombolas que precisam ser respeitados e transformar essa representação negativa das cotas.

Recomendações

Ao realizar as pesquisas sobre as Representações Sociais dos discentes da UFG, foi perceptível o preconceito que os discentes indígenas e quilombolas sofrem dentro da universidade. O NC nos apontou com maior frequência a palavra preconceito. Apesar de eles entenderem que o ensino superior é um direito, alguns membros do espaço acadêmico parecem lutar contra a permanência destes acadêmicos quando proferem comentários preconceituosos e de discriminação dentro da sala de aula e nos corredores. Isso gera no discente a baixa autoestima e conseqüentemente atrapalha o discente em seu desenvolvimento acadêmico, o que os gráficos apresentados anteriormente nos evidenciam com o número de evasões e de exclusão, que normalmente vêm acompanhadas do estranhamento do novo lugar que terão que enfrentar, já que alguns deles ainda permanecem em comunidades, tanto quilombolas quanto indígenas.

Pensando em toda essa estrutura, recomenda-se um investimento em toda a comunidade acadêmica através de um planejamento de RP, em específico a comunitária. Um investimento em qualificação no atendimento a um público em específico: os discentes do grupo UNEIQ. Não estamos propondo um tratamento para segregação, mas um

acompanhamento pensando em toda estrutura da universidade que provoque mudanças para que os futuros ingressantes possam permanecer na Universidade.

Se voltarmos ao objetivo deste trabalho, que é justamente um olhar mais humanizado, se pensarmos que ações ou mudanças de comportamento dos docentes, funcionários ou até mesmo que um site mais funcional pode transformar a qualidade de vida do discente dentro do espaço acadêmico, veremos que são necessárias ações conjuntas, que envolvam toda a comunidade acadêmica. A seguir, propomos recomendações para que a comunicação da universidade seja otimizada. Por ser um espaço grande e ter vários departamentos, são várias as recomendações:

1^a Que os discentes de Relações Públicas auxiliem na criação de um núcleo de comunicação dentro de cada faculdade, trabalhando em conjunto com ASCOM e a supervisão das docentes que irão acompanhar o desenvolvimento do trabalho. Esta recomendação se faz importante, pois é necessário que haja uma assessoria junto aos cotistas que os ajudem caso haja dificuldade de tramitar documentos e buscar informações referentes aos seus cursos.

2^a A criação de uma ouvidora eficaz, que ouça as reclamações e denúncias quando os cotistas sofrerem algum preconceito dentro da sala de aula por parte dos docentes ou discentes e que de fato sejam tomadas as devidas providências cabíveis e eficazes punições. Um canal de ouvidoria que tivesse ligação direta com a Prograd ou um representante do grupo com fácil acesso a ouvidoria.

3^a Ao planejar materiais de divulgações e eventos, que tenha sempre por perto um representante indígena ou quilombola para que não haja distorções e que seja, de fato, contemplada a realidade dos cotistas, principalmente em materiais audiovisuais.

4^a Uma parceria com a TV UFG para que sejam elaboradas reportagens e documentários voltados para os indígenas e quilombolas. Incentivar os discentes a participar da TV Pública e ocupar esse espaço. Talvez um programa desenvolvido pelos próprios discentes.

5^a O UNEIQ convida para suas reuniões coordenadoras dos cursos de graduação e o resultado é positivo. Pensando nisso recomenda-se uma formação sobre as relações etnicorraciais, o que se mostra imprescindível, para todos docentes da UFG.

6^a Recomenda-se um plano de divulgação do UFInclui no interior do estado. Foi verificado na pesquisa que apenas um campus possui discente cotista matriculado, sendo assim seria importante criar uma comissão de discentes juntamente com a Prograd para

realizar visitas nestas universidades, como o que vem acontecendo nas comunidades. É necessário tornar essas visitas permanentes para que possamos também ocupar os interiores.

7ª Proporcionar para o discente, além do Português, aulas de outros idiomas ou então estender para o Centro de Línguas vagas específicas para o grupo, para que os discentes possam continuar o seus estudos dentro da academia.

8ª Dentro do site da UFG, acrescentar um link que direcione o usuário a *Fanpage* que será desenvolvida e alimentada com conteúdo voltado para as demandas dos discentes e a comunidade que queira saber mais informações do UFInclui.

Retomando os objetivos dessa pesquisa, um deles o mais importante: um olhar humanizado para os acadêmicos cotistas. A discussão acerca deste está explícita no trabalho e demonstra a necessidade do desenvolvimento do lado humano da comunidade acadêmica, principalmente dos docentes, que lidam diretamente com os alunos e estendendo para as repartições, em especial a Procom, pois o ambiente carece desenvolver estratégias de atendimento para que o docente de fato sinta acolhido, ali é o coração de toda a política da cota. Se o ambiente for agradável e saudável para estes discentes, eles irão permanecer na universidade para continuar seus estudos e desenvolver estudos, ou seja, aqueles que se envolvem com a temática poderão se tornar professores e a universidade terá um quadro maior de docentes índios, negros para que a voz seja dos próprios beneficiados pelas cotas.

A comunicação permanente e conjunta dentro da UFG fará toda diferença, sabemos do esforço por parte da Prograd da gestão de 2014 para que o discente indígena e quilombola permaneçam na Universidade com qualidade de vida acadêmica. Os resultados dessa parceria com os discentes é que em 2014 não houve nenhuma desistência. São essas ações que irão transformar a comunidade acadêmica, como afirmar Heringer (2013) é direito de todos os discentes ter garantida a sua permanência dentro da universidade e em especial os grupos que ingressaram por meio das ações afirmativas.

O exemplo da UFG, ainda que seja apenas o início de um acolhimento mais humano aos cotistas, serve para outras Instituições de Ensino Superior. Sabe-se que o norte é o lugar onde há mais contingente de indígenas, no entanto há poucas iniciativas para este grupo ter acesso ao ensino superior na região, o que faz com que os indígenas venham para o centro em busca de oportunidade para a continuação dos seus estudos. Sendo assim é preciso avançar mais nas políticas de ação afirmativas no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABRIC, J-C. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: MOREIRA, A. S. e OLIVEIRA, P.&D. C.(orgs.), Estudos interdisciplinares de representações social. Goiânia: AB, 1998, p.27-38.

BRAGA, C. F; CAMPOS, P. H. F. **Representações sociais, situações potencialmente comunicativas e conflito: o caso da reserva indígena Raposa da Terra do Sol (2005-2009)**. Curitiba: Appris, 2012.

CARVALHO, J. J.; SEGATO L. **Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília**. Brasília, 2002.

CRESWELL, J.W.. **Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches**. London: Sage Publications.2003

FERNANDES, M. Cotas para acompanhar: A funcionalidade do UFG Inluc no curso de jornalismo. In. DIAS, Luciene e PEIXOTO, Salvio Juliano. **Estudos Contemporâneos em Jornalismo**. Goiania: UFG/FIC, 2014

FORTES,W.G. **Relações públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias**. 2 ed.rev.e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

FRANÇA, F. Conceituação lógica de públicos em relações públicas. **Estudos de Jornalismo e Relações Públicas**. São Paulo: UMESP. n. 1, Jun. 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no brasil**. 3. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GRUNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, n. 07. 2004 <<http://scielo.br> > Disponível em Acesso em maio de 2014.

GRUNIG, J.E; FERRANI, M.A; FRANÇA, F. **Relações públicas: teoria, contexto e relacionamento**. São Caetano do sul : São Paulo. Ed. difusão, 2009.

HERINGER, R. Os próximos passos: a política de permanência na Universidade Pública. In: PAIVA, A. R. (Org.). **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. .

KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L.**Relações públicas comunitárias: a comunidade em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summer, 2007.

MACHADO, L.B; ANICETO, R.A. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. **Ensaio: aval. pol. públ.** Educ., Rio de Janeiro, v.18, n.67, abr.jun.2010, pp. 345- 364

MEDONÇA, R. F. **Um dialogo entre as representações sociais e as representações midiáticas da cantora Britney Spears**. Monografia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia- GO, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28^a ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SANTOS, E. R; ROSSO. A. J; FERREIRA, A. C. Algumas considerações sobre o núcleo central e o sistema periférico das representações sociais dos professores sobre alunos indisciplinados. **Seminário de pesquisa em educação da região sul**. IX Apend: Sul, 2012

SILVA, P. B; SILVA, P. Representações sociais de estudantes universitários sobre as cotas na universidade. **Fractal, Rev. Psicol.** v. 24, n. 3, p.525-542, set-dez. 2011.

SOARES; MARIANO; MELO; MOREIRA; COSTA; FRANCO. O aproveitamento acadêmico dos estudantes ingressos pelo sistema de cotas. In. DIAS, Luciene e PEIXOTO, Salvio Juliano. **Estudos Contemporâneos em Jornalismo**. Goiania: UFG/FIC, 2014

TUZZO, S. A; BRAGA, C. F. Assessoria de comunicação para profissionais liberais: a opinião dos clientes. **Revista Esferas**. v. 1, n.1, p.121-128, jul-dez, 2012.

_____. Representações sociais e opinião pública: interfaces conceituais. **Revista Anhanguera**, v. 1, n.1, jan-dez, 2009. p.135-150.

UFG. Programa UFG Inclui. **Ações Afirmativas Avanços e Desafios**. Seminário2011. Disponível em: www.ufg.br. Acesso em agosto de 2014.

VIEIRA, R. F. **Relações públicas: opção pelo cidadão**. Rio de Janeiro: Muad, 2002.